

**AO EXCELENTÍSSIMO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA,  
SENHOR PAULO GUSTAVO GONET BRANCO**

**SÂMIA DE SOUZA BOMFIM**, brasileira, deputada federal pelo PSOL/SP, com documento de identidade nº 30577301-X SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 391.547.328-67, com endereço em Brasília/DF, no gabinete 642 – Anexo IV – Câmara dos Deputados, CEP 70.160-900, e-mail [dep.samiabomfim@camara.leg.br](mailto:dep.samiabomfim@camara.leg.br), **GLAUBER DE MEDEIROS BRAGA**, brasileiro, deputado federal pelo PSOL/RJ, com documento de identidade nº 13.354.941-0 Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 097.407.567-19, e endereço em Brasília/DF no Gabinete 362 – Anexo IV – Câmara dos Deputados, CEP 70.160-900, e-mail [dep.glauberbraga@camara.leg.br](mailto:dep.glauberbraga@camara.leg.br), e **FERNANDA MELCHIONNA E SILVA**, brasileira, deputada federal pelo PSOL/RS, com documento de identidade nº 6074311736, SSP/RS, inscrita no CPF sob o nº 002.134.610-05, com endereço em Brasília/DF, no gabinete 621 – Anexo IV – Câmara dos Deputados, CEP 70.160-900, e-mail [dep.fernandamelchionna@camara.leg.br](mailto:dep.fernandamelchionna@camara.leg.br), vêm mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seus procuradores signatários (procuração em anexo), com fundamento no art. 127, caput, e no art. 129, incisos II e III, ambos da Constituição Federal, bem como no art. 46, inciso III, da Lei Complementar nº 75, de 1993, oferecer a presente

**REPRESENTAÇÃO**

em razão de indícios consistentes de ato ilegal e lesivo ao patrimônio nacional praticado pelo senhor **RONALDO RAMOS CAIADO**, brasileiro, casado, ex-Governador do Estado de Goiás, com documento de identidade nº 1620586 - SSP/GO, inscrito no CPF sob o nº 264.720.587-68, com endereço na Rua T 48, Condomínio Avalon, nº 66, apto. 1400, Setor Oeste, Goiânia/GO, CEP 74140-130,

para instauração de competente inquérito civil e/ou criminal ou procedimento análogo, bem como para apuração de fatos que possam configurar grave ameaça à soberania econômica do Brasil, ante as razões a seguir expostas.

## **I. DOS FATOS**

1. O Brasil é o detentor da segunda maior reserva mineral de Elementos Terras Raras (ETR) do mundo, com cerca de 21 milhões de toneladas, o que representa cerca de 23% das reservas/recursos globais, segundo dados do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS). A maior parte dos recursos medidos de Elementos Terras Raras (ETRs) no Brasil está concentrada, principalmente, nos estados de Minas Gerais, Goiás, Amazonas, Bahia, além de Sergipe. Esses estados abrigam os principais tipos de depósitos com potencial econômico de ETRs, conforme levantamentos do SGB, da Agência Nacional de Mineração (ANM) e de estudos técnicos consolidados<sup>1</sup>.

2. Recentemente, notícias divulgadas por veículos de imprensa de circulação nacional indicam que o ex-Governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado, firmou memorando de entendimento (MoU) com representantes do governo dos Estados Unidos da América, para cooperação em minerais críticos e terras raras. Tal ato, além de ignorar a competência exclusiva da União para legislar sobre recursos minerais (Art. 22, XII, CF) e para manter relações com Estados estrangeiros (Art. 21, I, CF), criou um ambiente de "fato consumado" para a entrega de ativos estratégicos para o desenvolvimento nacional.

3. O referido memorando foi formalmente firmado no Consulado Geral dos Estados Unidos da América, em São Paulo, isto é, em repartição consular estrangeira, diretamente com o encarregado de negócios da embaixada estadunidense, Gabriel Escobar<sup>2</sup>.

4. Paralelamente à assinatura do memorando, o ex-Governador do Estado de Goiás participou do Fórum Brasil–Estados Unidos sobre minerais críticos,

---

<sup>1</sup> Vide <https://www.sgb.gov.br/w/servico-geologico-do-brasil-esclarece-duvidas-sobre-potencial-do-pais-para-terras-raras-e-minerais-estrategicos> - acesso em 22 de abril de 2026 e

<https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/sumario-mineral/sumario-mineral-brasileiro-2024/terras-raras-2024-ano-base-2023.pdf> - acesso em 22 de abril de 2026

<sup>2</sup> Vide <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2026/03/18/caiado-assina-termo-com-eua-sobre-minerais-criticos-mas-isso-e-permitido.ghm> - acesso em 20 de março de 2026.

realizado na cidade de São Paulo, evento organizado por entidades diretamente vinculadas ao governo estadunidense, incluindo a embaixada e consulados dos Estados Unidos no Brasil, bem como instituições empresariais e financeiras internacionais<sup>3</sup>.

5. O dito Fórum reuniu representantes do governo dos Estados Unidos, instituições financeiras públicas e privadas, agentes do setor mineral e investidores, sendo estruturado como espaço de articulação de projetos e de atração de capital estrangeiro para exploração de minerais críticos no Brasil<sup>4</sup>.

6. As reportagens indicam que tal iniciativa integra estratégia mais ampla do governo dos EUA voltada à garantia de acesso a minerais críticos e à reconfiguração das cadeias globais de suprimento, com o objetivo de reduzir a dependência em relação à China e assegurar fontes alternativas desses insumos estratégicos.

7. Nesse contexto, foram mobilizadas instituições estatais estadunidenses de financiamento, como o EXIM Bank e a U.S. International Development Finance Corporation (DFC), com previsão de aportes que já alcançam centenas de milhões de dólares e potencial de expansão para bilhões, vinculados à inserção do Brasil nas cadeias globais de fornecimento desses recursos.

8. Registra-se, ainda, a presença de agentes vinculados ao aparato institucional e estratégico dos Estados Unidos, inclusive estruturas relacionadas à política de segurança e defesa, o que demonstra que o interesse estrangeiro sobre os minerais críticos brasileiros ultrapassa a esfera econômica, alcançando dimensão geopolítica e estratégica<sup>5</sup>.

9. As matérias também apontam que o fórum foi realizado sem a participação do governo federal brasileiro, ao mesmo tempo em que autoridades estadunidenses aguardam manifestação formal da União acerca de propostas mais amplas de

---

<sup>3</sup> Vide <https://www1.folha.uol.com.br/amp/mercado/2026/03/governo-trump-promove-evento-sobre-minerais-criticos-em-sp-em-estrategia-contra-dominio-da-china.shtml>. Acesso em 20 de março de 2026.

<sup>4</sup> Vide <https://noticias.r7.com/prisma/alem-das-embaixadas/brasil-e-eua-debatem-sobre-minerais-criticos-para-atrair-bilhoes-em-investimentos-19032026/>. Acesso em 20 de março de 2026.

<sup>5</sup> Vide <https://horadopovo.com.br/seminario-organizado-por-trump-em-sp-sobre-minerais-criticos-ameaca-a-soberania-brasileira/>. Acesso em 20 de março de 2026.

cooperação, evidenciando movimento de aproximação direta com atores subnacionais e de pressão diplomática e econômica sobre o país<sup>6</sup>.

10. A conjugação desses elementos revela que a assinatura do memorando pelo Estado de Goiás não constitui ato isolado, mas se insere em estratégia internacional estruturada, na qual entes subnacionais brasileiros passam a atuar como interlocutores diretos de interesses estrangeiros em matéria sensível.

11. No dia 20 de abril de 2026, foi anunciada a aquisição da mineradora brasileira Serra Verde<sup>7</sup> — única produtora de terras raras em larga escala na América do Sul, situada em Minaçu (GO) — pela USA Rare Earth (USAR), empresa estadunidense de mineração e manufatura focada em construir uma cadeia de suprimentos doméstica para terras raras e ímãs de alta performance, essenciais para defesa, veículos elétricos e energia renovável. A empresa, com sede em Oklahoma, integra mineração (projeto Round Top, Texas) e processamento para reduzir a dependência da Ásia. O valor da transação, estimado em R\$ 2,8 bilhões, ocorre em um contexto de pressão geopolítica em que o governo estadunidense busca assegurar cadeias de suprimentos de minerais essenciais para tecnologias de defesa e energia limpa.

12. Como resultado, tal operação de fusão entre as empresas tem como objetivo consolidar uma liderança global no setor, liderada pelos EUA, integrando toda a cadeia produtiva voltada a tecnologias estratégicas, indo da mineração ao processamento e produção de metais e ímãs.

13. Convém ainda sinalizar que a aquisição de Serra Verde não se trata de fato isolado: notícias veiculadas pela imprensa em 22 de abril de 2026 (Blog do Lauro Jardim – O Globo)<sup>8</sup> confirmam que o setor de terras raras no Brasil está sob um movimento intensificado e até mesmo agressivo de aquisições estrangeiras. Além da venda da Serra Verde, já se anuncia a iminência de uma nova aquisição de grande porte no setor. Trata-se da mineradora australiana St George Mining, cujo

---

<sup>6</sup> Vide <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/03/18/governo-trump-promove-forum-sobre-minerais-criticos-em-sao-paulo-sem-presenca-esperada-da-gestao-lula.ghtml>. Acesso em 20 de março de 2026.

<sup>7</sup> Vide <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/04/20/empresa-dos-eua-anuncia-compra-de-mineradora-brasileira-de-terras-raras.ghtml>. Acesso em 22 de abril de 2026.

<sup>8</sup> Vide <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2026/04/vem-ai-mais-uma-aquisicao-no-setor-de-terras-raras-no-brasil.ghtml> - acesso em 22 de abril de 2026.

alvo de aquisição são os ativos industriais da Mosaic, uma das maiores produtoras globais de fertilizantes.

14. Sobre isso, poder-se-ia indagar, corretamente, qual seria interesse de uma produtora de fertilizante em minérios. Porém, em 11 de março de 2026, notícia veiculada pela própria Mosaic, informou que “Mosaic Fertilizantes P&K Limitada, subsidiária da Mosaic Company e a Rainbow Rare Earths Limited realizaram uma análise econômica preliminar que teve um resultado favorável e celebraram um acordo de desenvolvimento conjunto para avançar com o projeto de terras raras em Uberaba, Minas Gerais, Brasil.” (documento em anexo)

15. Esses movimentos demonstram que o acordo firmado pelo ora Representado e a inércia do Governo Federal estão servindo de incentivo ao potencial comprometimento do controle nacional sobre minerais indispensáveis à transição energética e à segurança global, permitindo que ativos estratégicos sejam transferidos para potências estrangeiras em ritmo acelerado.

16. Evidencia-se, assim, a articulação e inserção direta de ente federado em dinâmica internacional que envolve recursos minerais estratégicos de titularidade da União, sem a mediação institucional do governo federal, em contexto marcado por interesses econômicos e geopolíticos relevantes.

## **II. DO DIREITO**

### **a) Da competência exclusiva da União para a condução das relações internacionais e da indelegabilidade dessa atribuição**

17. A Constituição Federal estabelece, de forma inequívoca, que compete à União manter relações com Estados estrangeiros, nos termos do art. 21, inciso I<sup>9</sup>, atribuindo ao Presidente da República, também conforme art. 84, incisos VII e VIII, a competência privativa para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, veja-se:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

---

<sup>9</sup> Art. 21. Compete à União:

I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

(...)

VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

18. Tal competência não se limita à formalização de tratados em sentido estrito, mas abrange toda a condução política, econômica e estratégica das relações exteriores, constituindo expressão direta da soberania estatal e instrumento de preservação da unidade de representação internacional do país.

19. No caso em análise, a celebração de memorando diretamente com representante diplomático estrangeiro, em sede consular, evidencia a prática de ato materialmente inserido no campo das relações internacionais, ultrapassando os limites da atuação administrativa ordinária dos entes subnacionais.

20. A interlocução institucional direta com agente diplomático estrangeiro, fora da coordenação da União, caracteriza, em tese, invasão de competência constitucionalmente reservada ao ente federal.

### **b) Da titularidade da União sobre os recursos minerais e da sua dimensão estratégica**

21. Nos termos do art. 20, inciso IX, da Constituição<sup>10</sup>, os recursos minerais constituem bens da União, cuja exploração é submetida a regime jurídico próprio igualmente estabelecido na Constituição:

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

22. A titularidade da União sobre tais recursos possui dimensão estratégica, na medida em que envolve ativos essenciais à soberania econômica, à segurança energética e ao desenvolvimento tecnológico do país.

---

<sup>10</sup> Art. 20. São bens da União:

[...]

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

23. Os minerais críticos, especialmente as terras raras, inserem-se no núcleo dos insumos estratégicos atualmente disputados no cenário internacional, sendo indispensáveis para cadeias produtivas de alto valor agregado.

24. Nesse contexto, qualquer iniciativa envolvendo mapeamento, exploração ou inserção econômica desses recursos exige coordenação centralizada da União, sob pena de grave comprometimento da política nacional.

### **c) Da natureza material do memorando de entendimento e da superação de sua qualificação formal**

25. Embora qualificado como memorando de entendimento (MoU) e descrito como declaração de intenções de boa-fé, a natureza jurídica do instrumento não se define por sua denominação, devendo ser aferida a partir de seu conteúdo material, finalidade e efeitos no plano institucional.

26. A caracterização de um acordo internacional independe do título atribuído ao instrumento, sendo determinada por sua inserção no âmbito das relações entre sujeitos de direito internacional.

27. A distinção entre memorandos de entendimento e acordos internacionais formais reside, portanto, no grau de vinculação jurídica e na densidade normativa do instrumento, e não em sua nomenclatura.

28. Ainda que memorandos de entendimento possam assumir natureza não vinculante, é igualmente reconhecido que tais instrumentos podem estruturar cooperação institucional, orientar condutas estatais e produzir efeitos concretos, especialmente quando inseridos em estratégias internacionais mais amplas.

29. No caso em análise, a celebração do memorando insere-se, contudo, em contexto mais amplo de articulação internacional voltada ao setor de minerais críticos, no qual se discutem investimentos, financiamento e inserção em cadeias produtivas globais, conforme demonstrado pelas reportagens juntadas.

30. A circunstância de o memorando ter sido firmado no Consulado Geral dos Estados Unidos, em São Paulo, com representante diplomático estrangeiro, reforça sua natureza de ato inserido no campo das relações internacionais.

31. Ademais, o contexto de sua celebração, vinculado à estratégia internacional voltada ao acesso a minerais críticos e à reorganização de cadeias globais de suprimento, evidencia que seus efeitos ultrapassam o plano meramente declaratório.

32. Assim, ainda que não configure tratado em sentido formal, o instrumento apresenta conteúdo material típico de acordo internacional, não podendo ser tratado como mera cooperação técnica desprovida de relevância institucional.

#### **d) Da inserção do acordo em estratégia internacional de pressão econômica e geopolítica**

33. As reportagens mencionadas confirmam que o memorando firmado pelo Estado de Goiás não constitui iniciativa isolada, mas se insere em estratégia internacional coordenada pelos Estados Unidos voltada à garantia de acesso a minerais críticos e à reconfiguração das cadeias globais de suprimento.

34. O fórum realizado em São Paulo contou com a participação de órgãos governamentais estadunidenses, instituições financeiras estatais e agentes diretamente vinculados à formulação de políticas estratégicas, tendo sido estruturado como espaço de articulação institucional com atores brasileiros, inclusive entes subnacionais.

35. Destaca-se, ainda, que o evento ocorreu sem a participação esperada de representantes do governo federal, conforme reportado, o que indica ausência de protagonismo institucional da União na iniciativa; ao mesmo tempo em que autoridades estadunidenses aguardam resposta formal da União acerca de propostas mais amplas de cooperação, circunstância que evidencia a construção de canais paralelos de interlocução e a existência de movimento coordenado de pressão diplomática e econômica sobre o país<sup>11</sup>.

36. A presença de instituições como o EXIM Bank e a U.S. International Development Finance Corporation, responsáveis pelo financiamento de projetos estratégicos em diversos países, associada à perspectiva de investimentos

---

<sup>11</sup> Vide <https://www.poder360.com.br/poder-economia/brasil-deve-discutir-minerais-criticos-com-outros-paises-diz-ibram/>. Acesso em 20 de março de 2026.

bilionários condicionados à integração do Brasil às cadeias globais de fornecimento, revela a existência de interesses externos estruturados e direcionados sobre os recursos minerais brasileiros.

37. Soma-se a isso a participação de estruturas vinculadas ao aparato institucional e estratégico dos Estados Unidos, inclusive no campo da defesa, o que evidencia que a disputa por minerais críticos transcende o plano econômico e assume dimensão geopolítica e de segurança internacional.

38. Nesse contexto, a atuação direta de ente subnacional brasileiro em articulação com tais interesses externos agrava significativamente a situação jurídica, na medida em que insere o Estado de Goiás em dinâmica internacional de disputa estratégica sem a mediação da União, comprometendo a condução unificada da política nacional sobre recursos minerais.

39. A conjugação desses elementos comprovam que não se está diante de mera cooperação internacional, mas de movimento estruturado de influência externa sobre ativos estratégicos brasileiros, o que impõe leitura constitucional rigorosa à luz da soberania nacional e do pacto federativo.

#### **e) Da violação da soberania nacional e da ruptura do pacto federativo**

40. As terras raras não são meras *commodities*; são insumos críticos para a indústria de alta tecnologia e soberania nacional, de modo que sua exploração demanda coordenação estratégica no âmbito federal.

41. O Serviço Geológico do Brasil (SGB) destaca que o Brasil possui um dos maiores potenciais mundiais para esses minerais. No entanto, a exploração deve servir ao projeto nacional de desenvolvimento, e não ser objeto de alienação predatória sob o pretexto de "atração de investimentos" capitaneada por entes subnacionais sem competência constitucional para tal.

42. A atuação do Estado de Goiás, ao firmar acordo diretamente com governo estrangeiro em matéria estratégica, configura, em tese, hipótese de diplomacia paralela, incompatível com o pacto federativo.

43. A condução da política externa constitui função de Estado, cuja centralização na União visa justamente evitar a fragmentação da atuação internacional e a captura de interesses nacionais por agendas externas.

44. A institucionalização de práticas dessa natureza representa risco concreto de desorganização da política externa brasileira e de enfraquecimento da posição do país em negociações internacionais.

45. A soberania nacional não é violada apenas por atos formais, mas pela perda material do controle sobre recursos escassos. A sucessão de anúncios de aquisições de mineradoras de terras raras por capital estrangeiro, logo após as tratativas diplomáticas irregulares conduzidas pelo Governo de Goiás, configura um cenário de **vulnerabilidade estratégica**. O Brasil corre o risco de se tornar mero exportador de minério bruto para as cadeias industriais do hemisfério norte, perdendo a capacidade de ditar sua própria política industrial e de defesa.

46. A Constituição Federal busca justamente evitar que interesses externos sejam internalizados por meio de iniciativas isoladas de entes subnacionais, especialmente quando envolvem ativos estratégicos.

#### **f) Da necessidade de apuração da conduta do Representado**

47. A conduta ora representada ignora o princípio da Soberania Permanente sobre Recursos Naturais (Resolução 1803 da ONU) e desconsidera que minerais críticos, como as terras raras, são classificados pela Estratégia Nacional de Defesa (Decreto 6.703/08) como bens de interesse da Segurança Nacional, cuja gestão é indelegável a entes federativos subnacionais.

48. A atuação do ex-Governador do Estado de Goiás, ao celebrar acordo com governo estrangeiro em matéria inserida na competência da União, revela extrapolação das atribuições do cargo.

49. A inserção do ente estadual em dinâmica internacional estruturada, em ambiente diplomático e sob influência de interesses externos, denota possível violação aos princípios da legalidade e da lealdade federativa.

50. Diante da gravidade dos fatos e de seu potencial impacto sobre a soberania nacional e o pacto federativo, impõe-se a atuação desta Procuradoria para apuração da regularidade do ato e da conduta do agente público envolvido.

#### **g) Da violação aos tratados internacionais e às normas de segurança nacional**

51. Não é demais dizer que a negociação direta de uma Unidade da Federação com uma potência estrangeira fere o princípio da unidade do Estado nacional brasileiro perante a ordem internacional, visto que o Brasil é signatário da Resolução 1803 (XVII) da Assembleia Geral da ONU (Soberania Permanente sobre os Recursos Naturais), que estabelece que o direito dos povos e das nações à soberania permanente sobre as suas riquezas e recursos naturais deve exercer-se no interesse do desenvolvimento nacional e do bem-estar do povo do Estado respectivo.

52. No mesmo sentido, a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969), ratificada pelo Brasil, estabelece que apenas a União possui capacidade plena para celebrar tratados, motivo pelo qual o dito "Memorando de Entendimento" (MoU) assinado por um Governador com um governo estrangeiro em sede diplomática é instrumento com potencial natureza material de acordo internacional, o que ataca frontalmente o monopólio da União na condução da política externa.

#### **h) Da legislação infraconstitucional**

53. É mister entender que o Estado de Goiás não possui competência administrativa para oferecer "facilidades" ou "garantias" sobre jazidas, pois o título minerário é outorgado exclusivamente pela Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão federal. E, nesse sentido, o Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967) afirma, em seu artigo 3º, que a administração dos recursos minerais cabe à União, assim como o gerenciamento e a fiscalização das jazidas e minas.

54. Qualquer acordo que trate de "mapeamento geológico" e "desenvolvimento tecnológico" em minerais críticos sem a coordenação da ANM e do Serviço

Geológico do Brasil (SGB-CPRM) incorre em vício de competência e invalidade jurídica.

55. Ora, a entrega de terras raras a conglomerados estadunidenses, tal como foi feita e aqui narrada, facilitada por um governo estadual, ameaça a autonomia tecnológica das Forças Armadas brasileiras e a base industrial de defesa.

56. Por fim e não menos crucial, ressalta-se que o Supremo Tribunal Federal possui entendimento pacificado sobre a inconstitucionalidade de Estados-membros interferirem em relações internacionais ou legislação mineral, o que pode ser observado pelas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 1.498, que dispõe que "a competência para legislar sobre jazidas, minas e outros recursos minerais é privativa da União" e nº 2.516 que, por sua vez, reafirma que os Estados não podem criar normas que interfiram na política de exploração mineral definida pela União.

### **III. DO CABIMENTO DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

57. Nos termos do art. 127 da Constituição Federal, incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

58. A relevância dos bens jurídicos envolvidos — pacto federativo, soberania nacional e regularidade da atuação administrativa — justifica a atuação da Procuradoria-Geral da República.

### **IV. DOS PEDIDOS**

Ante todo o exposto, **requerem**:

- a) A imediata adoção de providências legais para substancial apuração dos fatos ora narrados;
- b) A instauração de competente inquérito civil e/ou criminal ou procedimento análogo;
- c) A apuração da legalidade da operação de aquisição da mineradora

Serra Verde pela empresa USA Rare Earth (USAR), com adoção de medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis para a **imediate anulação de todas e quaisquer transações, combinações, pagamentos, operações, negociações, pactos, acordos ou quaisquer instrumentos, sejam intencionais ou executivos, relacionados à aquisição da mineradora brasileira Serra Verde pela empresa estadunidense USA Rare Earth (USAR)**, por violação aos princípios constitucionais, especificamente no que se refere à soberania nacional e ao pacto federativo;

- d) Que esta Procuradoria interceda junto ao Conselho de Defesa Nacional e ao Ministério de Minas e Energia para que seja decretada suspensão temporária de novas autorizações de transferência de controle acionário de empresas que detêm lavras de terras raras;
- e) A requisição de informações ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério de Minas e Energia acerca da existência de autorização, ciência ou participação da União em quaisquer termos, contratos e instrumentos sobre transferência de controle acionário de mineradoras de terras raras (especialmente o caso Serra Verde) até que se analise o impacto à segurança e à soberania nacional;
- f) A análise da constitucionalidade do memorando de entendimento firmado pelo Estado de Goiás, bem como quaisquer atos administrativos, leis estaduais ou projetos de lei que ofereçam benefícios fiscais específicos para a exportação de minerais críticos de forma desordenada;
- g) A apuração da conduta do ex-Governador do Estado de Goiás, especialmente quanto à extrapolação de competências constitucionais e violação do pacto federativo;
- h) A adoção de todas as medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, inclusive a propositura de Arguição de Descumprimento de

Preceito Fundamental ou outra ação pertinente perante o Supremo Tribunal Federal, com vistas à anulação do(s) ato(s) ora impugnado(s) e declaração da nulidade dos atos do ex-Governador de Goiás que invadam competência da União em matéria de relações internacionais e mineração.

Termos em que pedem e esperam deferimento.

Brasília (DF), 22 de abril de 2026.

Lis de Oliveira  
OAB/SP 295.558

Filipe Jordão Monteiro  
OAB/SP 326.197

## PROCURAÇÃO

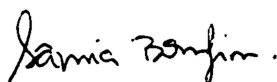
**OUTORGANTES:** **SÂMIA DE SOUZA BOMFIM**, brasileira, deputada federal pelo PSOL/SP, com documento de identidade nº 30577301-X SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 391.547.328-67, com endereço em Brasília/DF, no gabinete 642 – Anexo IV – Câmara dos Deputados, e-mail [dep.samiabomfim@camara.leg.br](mailto:dep.samiabomfim@camara.leg.br); **GLAUBER DE MEDEIROS BRAGA**, brasileiro, advogado, com documento de Identidade nº 13.354.941-0 Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 097.407.567-19, e endereço em Brasília/DF no Gabinete 362 – Anexo IV – Câmara dos Deputados, e-mail [dep.glauberbraga@camara.leg.br](mailto:dep.glauberbraga@camara.leg.br); **FERNANDA MELCHIONNA E SILVA**, brasileira, deputada federal pelo PSOL/RS, com documento de identidade nº 6074311736, SSP/RS, inscrita no CPF sob o nº 002.134.610-05, com endereço em Brasília/DF, no gabinete 621 – Anexo IV – Câmara dos Deputados, e-mail [dep.fernandamelchionna@camara.leg.br](mailto:dep.fernandamelchionna@camara.leg.br)

**OUTORGADOS:** **LIS DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, advogada, regularmente inscrita na OAB/SP sob o nº 295.558, inscrita no CPF sob o nº 754.759.280-53, com endereço profissional na Quadra CRNW 510, Lote 3, Bloco B, sala 109, CEP 70.688-180, Brasília/DF, endereços eletrônicos [lis.oliveira@camara.leg.br](mailto:lis.oliveira@camara.leg.br) e [buchain@gmail.com](mailto:buchain@gmail.com), telefone (61) 98261-1251; e **FILIPE JORDÃO MONTEIRO**, brasileiro, solteiro, advogado, regularmente inscrito na OAB/SP sob o nº 326.197, inscrito no CPF sob o nº 369.640.998-75, com endereço profissional na Avenida Angélica, 321, sala 171, CEP 01227-000, São Paulo/SP, endereço eletrônico [fjordaomonteiro@gmail.com](mailto:fjordaomonteiro@gmail.com), telefone (19) 99525-3588.

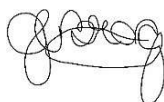
**PODERES:** todos os poderes da cláusula ad judicium et extra para o foro em geral, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-a; agindo em conjunto ou separadamente, como também poderes por mais especiais que sejam, inclusive os de confessar, desistir, negociar, transigir, firmar compromissos e acordos, receber e dar quitação, substabelecer com ou sem reservas de poderes, e praticar todos e quaisquer atos necessários e convenientes a bom e fiel desempenho deste mandato. A presente procuração outorga, ainda, poderes para, em nome da outorgante, receber citação, e, ainda, dar-se por intimada. Os poderes específicos aqui outorgados poderão ser substabelecidos.

**PODERES ESPECIAIS:** Apresentar representação perante a Procuradoria-Geral da República em desfavor de RONALDO RAMOS CAIADO, Ex-governador do Estado de Goiás, para: imediata adoção de providências legais, visando substancialmente apurar os fatos ora narrados; Que seja determinada a imediata anulação de todas e quaisquer transações, combinações, pagamentos, operações, negociações, pactos, acordos ou quaisquer instrumentos, sejam intencionais ou executivos, relacionados à aquisição da mineradora brasileira Serra Verde pela empresa estadunidense USA Rare Earth (USAR), por expressa violação aos ditames constitucionais acima referidos, especificamente no que se refere à soberania nacional e ao pacto federativo; Que esta Procuradoria interceda junto ao Conselho de Defesa Nacional e ao Ministério de Minas e Energia para que seja decretada suspensão temporária de novas autorizações de transferência de controle acionário de empresas que detêm lavras de terras raras; A requisição de informações ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério de Minas e Energia acerca da existência de autorização, ciência ou participação da União em quaisquer termos, contratos e instrumentos sobre transferência de controle acionário de mineradoras de terras raras (especialmente o caso Serra Verde) até que se analise o impacto à segurança e soberania nacional; A análise da constitucionalidade do memorando de entendimento firmado pelo Estado de Goiás, bem como quaisquer atos administrativos, leis estaduais ou projetos de lei que ofereçam benefícios fiscais específicos para a exportação de minerais críticos de forma desordenada; A apuração da conduta do Ex-governador do Estado de Goiás, especialmente quanto à eventual extrapolação de competências constitucionais e violação do pacto federativo; A adoção de todas as medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, inclusive a propositura de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ou outra ação pertinente perante o Supremo Tribunal Federal, com vistas à anulação do(s) ato(s) ora impugnado(s) e declaração da nulidade dos atos do Ex-governador de Goiás que invadam competência da União em matéria de relações internacionais e mineração.

Brasília/DF, 22 de abril de 2026.



SÂMIA DE SOUZA BOMFIM



GLAUBER DE MEDEIROS BRAGA



FERNANDA MELCHIONNA E SILVA



**The Mosaic  
Company**  
101 E. Kennedy  
Blvd., Suite 2500  
Tampa, FL 33602  
[www.mosaicco.com](http://www.mosaicco.com)

## **MOSAIC E RAINBOW RARE EARTHS AVANÇAM COM O PROJETO DE TERRAS RARAS EM UBERABA NO BRASIL**

**Tampa, Flórida — 11 de março de 2026** — A Mosaic Fertilizantes P&K Limitada, subsidiária da Mosaic Company (“Mosaic”), e a Rainbow Rare Earths Limited (“Rainbow”) realizaram uma análise econômica preliminar que teve um resultado favorável e celebraram um acordo de desenvolvimento conjunto para avançar com o projeto de terras raras em Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

Nos termos do acordo, as partes realizarão conjuntamente um estudo de pré-viabilidade (“PFS”), com a intenção, caso os resultados sejam favoráveis, de avançar para um estudo de viabilidade definitivo (“DFS”), previsto para o final de 2026. Caso o resultado do estudo DFS seja favorável e ambas as partes decidam seguir em frente, a Mosaic e a Rainbow esperam chegar a um acordo definitivo para a criação de uma *joint venture*, visando o início da construção de uma unidade de processamento em Uberaba em 2027.

“O Brasil está despontando como uma jurisdição estratégica para o desenvolvimento de terras raras nas Américas”, disse Bruce Bodine, presidente e CEO da Mosaic. “O projeto Uberaba integra as operações brasileiras da Mosaic com a expertise da Rainbow em terras raras. Juntos, vamos avaliar como recuperar de forma responsável materiais essenciais das nossas operações de fosfato já existentes. Essa iniciativa está alinhada com nossa estratégia de criar ainda mais valor a partir de ativos já existentes.”

A análise econômica, concluída em fevereiro, indica que a unidade de processamento prevista no local trataria aproximadamente 2,7 milhões de toneladas por ano de fosfogesso, produzindo 1.900 toneladas de óxido de neodímio e praseodímio (“NdPr”) separados e 600 toneladas de samário, európio e gadolínio (“SEG+”), produto rico em elementos de terras raras (REE) médias e pesadas. Considerando estimativas de preços alinhadas com o mercado a vista atual, a expectativa é que o projeto apresente resultados econômicos significativos, incluindo um retorno acima da taxa mínima de atratividade e um prazo de recuperação do investimento relativamente curto. A expectativa é que as atividades de mineração intensivas em capital para esses elementos sejam em grande parte incorporadas às operações já existentes de fertilizantes, e que o perfil de retorno do projeto reflita as etapas finais de processamento associadas aos elementos de terras raras. O início da produção está previsto para 2030, condicionado à realização de novos estudos, às aprovações regulatórias, aos acordos de financiamento, às decisões de investimento e à execução bem-sucedida do projeto.

### **Sobre a The Mosaic Company**

A Mosaic é uma das principais produtoras e comerciantes globais de nutrientes concentrados de fosfato e potássio para culturas agrícolas. Através de sua plataforma Mosaic Biosciences, a empresa está

desenvolvendo a próxima geração de soluções biológicas, destinadas a ajudar os produtores agrícolas a melhorar a eficiência no uso de fertilizantes e o desempenho das culturas de maneira sustentável. A Mosaic é fornecedora de fonte única de fosfato, potássio e produtos biológicos para o setor agrícola global. Mais informações sobre a empresa estão disponíveis em [www.mosaicco.com](http://www.mosaicco.com).

### **Sobre a Rainbow Rare Earths**

A Rainbow Rare Earths desenvolve projetos que recuperam elementos de terras raras a partir do fosfogesso, um subproduto da indústria de fertilizantes. Essa estratégia dispensa a mineração tradicional e permite que os projetos sejam desenvolvidos de forma mais rápida e com menor custo. A empresa está desenvolvendo dois projetos no momento: Phalaborwa, na África do Sul, e Uberaba, no Brasil. A expectativa é que esses projetos forneçam materiais utilizados em uma ampla gama de aplicações industriais, energéticas e de defesa.